

A Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais – TNU, com o objetivo de divulgar o resultado do julgamento de matérias controvertidas, disponibiliza, a seguir, quadro informativo, do qual constam os processos que foram julgados conforme o Regimento Interno da TNU.

O julgamento dos incidentes resulta na devolução dos demais recursos que versem sobre o mesmo objeto às Turmas de origem, a fim de que mantenham a decisão recorrida ou promovam a sua adequação às premissas jurídicas firmadas no âmbito da TNU.

TEMAS REPRESENTATIVOS DA CONTROVÉRSIA

TEMA	MATÉRIA CONTROVERTIDA	PROCESSO	DECISÃO PRESIDENTE	SITUAÇÃO	JULGAMENTO TNU
1.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ/AUXÍLIO-DOENÇA E PENSÕES DERIVADAS DESTES OU CALCULADAS NA FORMA DO ART. 75 DA LEI 8.213/91. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DURANTE A VIGÊNCIA DA LEI 9.876/99 A PARTIR DE 29/11/1999. ART. 29 II DA LEI 8.213/91. MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES DOS MAIORES S-DE-CONTRIBUIÇÃO CORRESPONDENTES A 80% DO PERÍODO CONTRIBUTIVO, INDEPENDENTE DA DATA DE FILIAÇÃO DO SEGURADO E DO NÚMERO DE CONTRIBUIÇÕES MENSAIS NO PERÍODO CONTRIBUTIVO.	PEDILEF n° 2009.51.51.066212-3/RJ	Decisão DOU de 17/06/2011	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 16/09/2011
2.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA IDADE RURAL. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL.	PEDILEF n° 2006.82.01.505208-4/PB	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 30/09/2011

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	CERTIDÃO DE CASAMENTO. EXTEMPORANEIDADE E DOCUMENTO DOTADO DE FÉ PÚBLICA. VALIDADE. PRECEDENTES NESTA TNU. PEDIDO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO				
3.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CONTEMPORÂNEA. EXISTÊNCIA. EFICÁCIA PROBATÓRIA EXTENSÍVEL POR PROVA TESTEMUNHAL. SÚMULAS Nº 14 E 20/TNU. INCIDENTE PROVIDO EM PARTE	PEDILEF nº 2005.81.10.001065-3/CE	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 04/10/2011
4.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA. ALTA PROGRAMADA. NEGATIVA ADMINISTRATIVA CONFIGURADA. DESNECESSIDADE DE PRÉVIO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO. INCIDENTE PROVIDO	PEDILEF nº 2007.70.50.016551-5/PR	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 04/10/2011
5.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DE LABOR RURAL NO PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO IMPLEMENTO DA IDADE OU AO	PEDILEF nº 2006.71.95.018143-8/RS	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 04/10/2011

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	REQUERIMENTO. EXIGIBILIDADE.				
6.	DIREITO TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O FUSEX/FUNSA/FUSM A. NATUREZA TRIBUTÁRIA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO DE OFÍCIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES SUJEITA A PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL, NA FORMA DO INCISO I DO ART. 168 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.	PEDILEF nº 2005.71.52 .003235-6/ RS	-----	TEMA JULGADO (TEMA TRATADO NO REPETITIVO Nº 1.086.382/RS NO STJ)	Acórdão DOU de 07/10/2011
7.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHA MAIOR UNIVERSITÁRIA. PRORROGAÇÃO ATÉ A CONCLUSÃO DO CURSO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDENTE PROVIDO.	PEDILEF nº 2005.63.11 .006938-1/ SP	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 07/10/2011
8.	DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL . DANO MORAL. JUS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO.	PEDILEF nº 2004.32.00 .711706-3/ AM	-----	TEMA JULGADO (SÚMULA 54/STJ)	Acórdão DOU de 14/10/2011
9.	DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. INDENIZAÇÃO DE CAMPO. ART. 15 DA LEI Nº. 8.270/91. DECRETO Nº. 5.554/05. ADICIONAL DE	PEDILEF nº 0027714- 87.2007.4. 01.3600/ MT	----- ----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 21.10.2011

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	DESLOCAMENTO INCIDENTE SOBRE O VALOR DAS DIÁRIAS. REAJUSTAMENTO. NÃO OCORRÊNCIA.				
10.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (LOAS). RENOVAÇÃO DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, APÓS O TRANSCURSO DO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS. ENTENDIMENTO RESTRITIVO QUE NÃO SE MANTÉM. AUSÊNCIA DE BASE LEGAL. PEDIDO CONHECIDO E PROVIDO.	PEDILEF nº 0504108-62.2009.4.05.8200/PB	Decisão DOU de 17/06/11	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 21/10/2011
11.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. CONTEMPORANEIDADE. FLEXIBILIZAÇÃO.	PEDILEF nº 2009.32.00.704394-5/AM	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 28/10/2011
12.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ALUNO APRENDIZ. TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO EM ESCOLA TÉCNICA FEDERAL PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS. COMPROVADA REMUNERAÇÃO INDIRETA.	PEDILEF nº 2008.50.51.000239-6/ES	-----		Acórdão DOU de 28/10/2011
13.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.	PEDILEF nº 2009.72.51.000312-4/SC	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 28/10/2011

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	CÔMPUTO DE TEMPO ESPECIAL. OMISSÃO DA AUTARQUIA. CONFIGURAÇÃO. EQUIVALÊNCIA À NEGATIVA TÁCITA. DESNECESSIDADE DE PRÉVIO PEDIDO DE REVISÃO.				
14.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO. LAUDO PERICIAL EXTEMPORÂNEO. INAFASTABILIDADE DA NATUREZA PROBATÓRIA.	PEDILEF nº 2008.72.59.003073-0/SC	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 28/10/2011
15.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. RATEIO ENTRE ESPOSA E CONCUBINA. IMPOSSIBILIDADE. RELAÇÃO EXTRACONJUGAL PARALELA AO CASAMENTO. AUSÊNCIA DE UNIÃO ESTÁVEL. INCIDENTE PROVIDO.	PEDILEF nº 2008.72.95.001366-8/SC	----- ----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 28/10/2011
16.	DIREITO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO FUNCIONAL. CARREIRA POLICIAL FEDERAL. REQUISITOS FIXADOS POR DECRETO. EFEITOS FINANCEIROS RETROATIVOS À DATA EM QUE COMPLETADO O QÜINQUÊNIO DE EXERCÍCIO DO CARGO. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. PRINCÍPIO DA ISONOMIA.	PEDILEF nº 0501999-48.2009.4.05.8500/SE	Decisão DOU de 12/09/2011	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 28/10/2011

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

17.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. TRABALHADORA RURAL. RELATIVIZAÇÃO DO INÍCIO DE PROVA MATERIAL DOS TRABALHADORES ATENDIDOS PELOS JUIZADOS ITINERANTES DO AMAZONAS. PERCEPÇÃO DE RENDA DE ORIGEM URBANA POR INTEGRANTE DO GRUPO FAMILIAR. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 41 DA TNU.	PEDILEF n° 2009.32.00.704394-5/AM	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 28/10/2011
18.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. CERTIDÃO DO INCRA EM NOME DO PAI DO SEGURADO. ADMISSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DE ABRANGER TODO O PERÍODO DE CARÊNCIA. POSSIBILIDADE DE CÔMPUTO DE TRABALHO EXERCIDO A PARTIR DOS 12 ANOS DE IDADE, ANTES DA PROMULGAÇÃO DA LEI N.º 8.213/91. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DESTA TNU. QUESTÃO DE ORDEM N° 6/TNU. INCIDENTE PROVIDO.	PEDILEF n° 2009.71.95.000509-1/RS	-----	TEMA JULGADO (SÚMULAS 5 E 14/TNU)	Acórdão DOU de 28/10/2011
19.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. QUALIDADE DE SEGURADO.	PEDILEF n° 2008.33.00	-----	TEMA JULGADO (PET 7115/SP NO STJ)	Acórdão DOU de 18/11/2011

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	PRORROGAÇÃO. SITUAÇÃO DE DESEMPREGO. AUSÊNCIA DE ANOTAÇÃO EM CTPS. SÚMULA 27 DA TNU.	.700541-2/BA			
20.	DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO PARA FINS DE ANUËNIOS E LICENÇA PRÊMIO. MEDIDA PROVISÓRIA 1.962-25/2000. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA TÁCITA. NÃO OCORRÊNCIA.	PEDILEF nº 2006.71.50.004837-5/RS	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 18/11/2011
21.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. SEGURADO ESPECIAL. PREENCHIMENTO SIMULTÂNEO DOS REQUISITOS LEGAIS: IDADE E "CARÊNCIA". EXIGIBILIDADE. PET 7476/PR.	PEDILEF nº 2006.71.95.008818-9/RS	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 18/11/2011
22.	DIREITO ADMINISTRATIVO. ATIVIDADE ESPECIAL. PROFESSOR. RECONHECIMENTO DA ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO COMO ESPECIAL, CONFORME PREVÊ O DECRETO N.º 53.831 / 64, E SUA CONVERSÃO EM TEMPO COMUM, MESMO APÓS A EC 18 / 81 E ATÉ A LEI 9032 / 95. TEMPUS REGIT ACTUM. IMPOSSIBILIDADE	PEDILEF nº 2006.70.54.000056-9/PR	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 18/11/2011

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	DE RETROAÇÃO DAS RESTRIÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 9.032 / 95.				
23.	PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. O TRABALHO URBANO DO MARIDO DA AUTORA E NEM MESMO A PAGA POSTERIOR, EM FACE DE SEPARAÇÃO, DE PENSÃO ALIMENTÍCIA, NÃO DESCARACTERIZA, POR SI SÓ, O REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 41 DESTA TURMA NACIONAL. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 20 DA TNU.	PEDILEF nº 2008.72.50.003366-8/SC	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 18/11/2011
24.	DIREITO PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO PELO INSS. RENÚNCIA TÁCITA AO LIMITE DE COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 17 DA TURMA NACIONAL. GARANTIA CONSTITUCIONAL DA COISA JULGADA. NÃO PROVIMENTO.	PEDILEF nº 2007.33.00.707664-3/BA	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 25/11/2011
25.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. RMI REVISÃO. CÁLCULO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO. TÁBUA DA MORTALIDADE DE	PEDILEF nº 2005.82.00.505195-9/PB	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 25/11/2011

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	2002. INAPLICABILIDADE AOS BENEFÍCIOS REQUERIDOS APÓS SUA REVOGAÇÃO. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS COM MESMO OBJETO ÀS TURMAS DE ORIGEM (ART. 15, §§ 1º E 3º RI/TNU)				
26.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. RECONHECIMENTO DA QUALIDADE DE SEGURADO PELO SIMPLES EXERCÍCIO DE ATIVIDADE INFORMAL. REGULARIZAÇÃO POST MORTEM DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES. IMPOSSIBILIDADE. INCIDENTE PROVIDO.	PEDILEF nº 2005.63.02 .013290-9/ SP	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 09/12/2011
27.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE URBANA. CARÊNCIA. TABELA PROGRESSIVA DO ART. 142 DA LEI Nº 8.213/91. MARCO TEMPORAL DA APURAÇÃO DA CARÊNCIA. ANO EM QUE SEGURADO COMPLETA IDADE MÍNIMA. POSSIBILIDADE	PEDILEF nº 0022551- 92.2008.4. 01.3600/ MT	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 09/12/2011
28.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. TEMA DA APLICAÇÃO	PEDILEF nº 2007.72.95 .008821-4/ SC	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 19/12/2011

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	<p>PRETÉRITA DA LEI Nº 9.032/1995. IMPOSSIBILIDADE DE RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA, DOGMA CONSTITUCIONAL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA, PROFERIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA, COM RESPEITO ÀS DECISÕES JÁ TRANSITADAS EM JULGADO ANTES DO ENTENDIMENTO FIRMADO PELA SUPREMA CORTE. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.</p>				
29.	<p>DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. EMPREGADA DOMÉSTICA. RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR.</p>	<p>PEDILEF nº 2008.70.50.018498-8/PR</p>	-----	TEMA JULGADO	<p>Acórdão DOU de 19/12/2011</p>
30.	<p>DIREITO PREVIDENCIÁRIO E APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. VALORES PERCEBIDOS POR FORÇA DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA DE MÉRITO. DEVOLUÇÃO.</p>	<p>PEDILEF nº 2007.39.00.702919-1/PA</p>	-----	<p>EM REVISÃO</p> <p>NOVO REPRESENTATIVO (TEMA 123)</p>	<p>Acórdão DOU de 19/12/2011</p>
31.	<p>DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. SEGURADO DESEMPREGADO POR OCASIÃO DO RECOLHIMENTO À PRISÃO.</p>	<p>PEDILEF nº 2007.70.59.003764-7/PR</p>	-----	<p>EM REVISÃO</p> <p>NOVO REPRESENTATIVO (TEMA Nº 133)</p>	<p>Acórdão DOU de 19/12/2011</p>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	ENQUADRAMENTO. CONCEITO DE BAIXA RENDA. CONSIDERAÇÃO DO ÚLTIMO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO.				
32.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. TEMA DO INÍCIO DE PROVA MATERIAL PARA CARACTERIZAR ATIVIDADE DE AGRICULTOR. CERTIDÃO DE ÓBITO. PARCIAL PROVIMENTO DO INCIDENTE	PEDILEF nº 2007.83.04.501228-9/PE	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 19/12/2011
33.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. SÓCIO-GERENTE. EXISTÊNCIA DE HABITUALIDADE E PERMANÊNCIA DA EXPOSIÇÃO DEVE SER PRESUMIDA QUANDO SE TRATAR DE AGENTE NOCIVO RUÍDO, DEVIDAMENTE COMPROVADO POR LAUDO TÉCNICO.	PEDILEF nº 2009.71.95.001907-7/RS	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 09/03/2012
34.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. LOAS. INCAPACIDADE PARCIAL E TEMPORÁRIA. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. PRECEDENTES DA TNU.	PEDILEF nº 0013826-53.2008.4.01.3200/A M	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 09/03/2012
35.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AV ERBAÇÃO DE TEMPO	PEDILEF nº 2006.70.51	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 23/03/2012

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	DE SERVIÇO RURAL. CONTAGEM RECÍPROCA EM REGIME PREVIDENCIÁRIO PRÓPRIO DE SERVIDORES PÚBLICOS. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. NECESSIDADE DE INDENIZAÇÃO.	.004519-8/SP			
36.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS. DESNECESSIDADE.	PEDILEF nº. 005286257/200840363 01/SP	-----	TEMA JULGADO (Súmula 77/TNU)	Acórdão DOU de 23/03/2012
37.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE RURAL DESCONTÍNUA. ATIVIDADE URBANA INTERCALADA. POSSIBILIDADE.	PEDILEF nº 0500000-29.2005.4.05.8103/CE	-----	TEMA JULGADO (SÚMULA 46/TNU)	Acórdão DOU de 30/03/2012
38.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA OU APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REINGRESSO NO RGPS. INCAPACIDADE PRÉ-EXISTENTE. VEDAÇÃO LEGAL À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO.	PEDILEF nº 2009.33.00.705098-0/BA	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 13/04/2012
39.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO – PENSÃO POR MORTE	PEDILEF nº 0506910-	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 20/04/2012

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	DE FALECIDO QUE NÃO DETINHA QUALIDADE DE SEGURADO NEM FAZIA JUS NA ÉPOCA DO ÓBITO À APOSENTADORIA POR IDADE RURAL – CARÊNCIA CUMPRIDA MAS COM REQUISITO ETÁRIO INADIMPLIDO – IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO – INCIDENTE DO INSS CONHECIDO E PROVIDO	51.2005.4.05.8013 SP			
40.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. INCAPACIDADE ANTERIOR AO REINGRESSO. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. INCIDENTE IMPROVIDO.	PEDILEF nº 0010516-35.2006.4.03.6310/SP	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 20/04/2012
41.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL E AVERBAÇÃO DE LABOR RURAL. FATOR PREVIDENCIÁRIO DE CONVERSÃO 1,4 (HUM VÍRGULA QUATRO). PROVIMENTO.	PEDILEF nº 2007.72.95.003208-7/SC	-----	TEMA JULGADO (PET 7209/SC, NO STJ)	Acórdão DOU de 27/04/2012
42.	CÍVEL. FGTS. JUROS PROGRESSIVOS. PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO.	PEDILEF nº 2005.63.03.017154-7/SP	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 04/05/2012

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

43.	DIREITO ADMINISTRATIVO REMOÇÃO A PEDIDO. PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL. DIREITO À AJUDA DE CUSTO.	PEDILEF nº 0505700-35.2009.4.05.8300/PE	-----	EM REVISÃO NOVO REPRESENTATIVO (TEMA Nº 141)	Acórdão DOU de 25/05/2012
44.	DIREITO ADMINISTRATIVO. GED – GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA. LEI Nº 9.678/98, ALTERADA PELA MP 208/2004, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.087/2005. INEXISTÊNCIA, APÓS A INDICADA MODIFICAÇÃO LEGISLATIVA, DE CRITÉRIOS DE PRODUTIVIDADE QUE DÊEM ENSEJO À DIFERENCIAÇÃO ENTRE SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS. VIOLAÇÃO DA PARIDADE PREVISTA NO ART. 40, § 8º, NA REDAÇÃO CONFERIDA PELA EC 20/98. RECONHECIMENTO DO DIREITO DOS INATIVOS A IGUAL PONTUAÇÃO DEFERIDA AOS ATIVOS (140 PONTOS) NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1º/05/2004 E 29/02/2008.	PEDILEF nº 0021992-38.2008.4.01.3600/MT	-----	EM REVISÃO TEMA SOB ANÁLISE NO STJ (PET 9600/RS)	Acórdão DOU de 25/05/2012
45.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. EX-ESPOSA QUE NÃO PERCEBE ALIMENTOS. EXIGÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE NECESSIDADE	PEDILEF nº 2006.84.00.509436-0/RN	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 25/05/2012

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	ECONÔMICA SUPERVENIENTE.				
46.	DIREITO ADMINISTRATIVO. FGTS. LEVANTAMENTO DE SALDO DA CONTA VINCULADA PARA QUITAÇÃO DE IMÓVEL FINANCIADO FORA DAS REGRAS DO SFH. POSSIBILIDADE. ROL DO ART. 20 DA LEI N. 8.036/90 MERAMENTE EXEMPLIFICATIVO. PRECEDENTES DO STJ. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.	PEDILEF nº 2004.61.85.026071-7/SP	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 25/05/2012
47.	DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SEGURADO FALECIDO NO CURSO DA LIDE. LEGITIMIDADE DOS HERDEIROS PARA PROSSEGUIR NO POLO ATIVO DO FEITO. INCIDENTE PROVIDO.	PEDILEF nº 0014195-33.2007.4.03.6302/SP	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 25/05/2012
48.	DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. FURTO DE VEÍCULO EM ESTACIONAMENTO DE UNIVERSIDADE PÚBLICA. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA. NECESSIDADE DE EXISTÊNCIA DE VIGILÂNCIA PARA SEGURANÇA DO ESTACIONAMENTO.	PEDILEF nº 0015812-76.2007.4.01.3200/AM	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 01/06/2012

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

49.	DIREITO ADMINISTRATIVO – FGTS. TAXA DE JUROS PROGRESSIVOS. TRABALHADOR AVULSO. NÃO APLICAÇÃO.	PEDILEF nº 0011046-70.2005.4.03.6311/SP	-----	TEMA JULGADO (RESP 1349059/SP)	Acórdão DOU de 01/06/2012
50.	DIREITO TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE REMUNERAÇÃO DE MILITARES INATIVOS E PENSIONISTAS. INEXISTÊNCIA DE DIREITO À IMUNIDADE CONFERIDA AOS SEGURADOS DO RGPS E SERVIDORES. ART. 5º EC 41/03 - ART. 40 §18 CR 88.	PEDILEF nº 2010.51.51.040706-0/RJ	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 01/06/2012
51.	DIREITO ADMINISTRATIVO – SERVIDOR PÚBLICO – URP DE 16,19% (3,77%) - PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO - PRESTAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO - ENTENDIMENTO DO E. STJ – PET. 7.154/RO - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO POR MOTIVO DIVERSO – ABSORÇÃO DO REAJUSTE E MODIFICAÇÃO DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA – INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO NOS VENCIMENTOS POSTERIORES	PEDILEF nº 2007.41.00.901730-7/RO	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 08/06/2012
52.	DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR MILITAR INATIVO. ADICIONAL	PEDILEF nº 0505148-18.2010.4.	----- -----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 08/06/2012

TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	DE INATIVIDADE. SUPRESSÃO. MP Nº 2.131/2000. LEGALIDADE. PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DE PROVENTOS. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. INCIDENTE PROVIDO.	05.8500/SE			
53.	PREVIDENCIÁRIO. MANIPULAÇÃO DE ÓLEOS E GRAXAS. ATIVIDADE ESPECIAL. POSSIBILIDADE, EM TESE, DE CONFIGURAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL, A DEPENDER DO CASO CONCRETO.	PEDILEF nº 2009.71.95.001828-0/RS	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 21/06/2012
54.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. TRABALHADOR RURAL. SEGURADO ESPECIAL. TEMPO DE SERVIÇO RURAL PARA FINS DE CARÊNCIA. MENOR DE 16 ANOS. CÔNJUGE OU COMPANHEIRO DE PRODUTOR RURAL OU PESCADOR ARTESANAL.	PEDILEF nº 2009.70.61.000792-5/PR	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 27/06/2012
55.	DIREITO CIVIL. FGTS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. JUROS MORATÓRIOS. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO COM JUROS REMUNERATÓRIOS. INCIDENTE PROVIDO.	PEDILEF nº 0355079-05.2005.4.03.6301/SP	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 29/06/2012

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

56.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. ENGENHEIRO. ATIVIDADE ENQUADRADA NOS ANEXOS DOS DECRETOS 53831/64 E 83.080/79. POSSIBILIDADE.	PEDILEF nº 0505355-94.2008.4.05.8400/RN	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 29/06/2012
57.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. RESTABELECIMENTO. O. DECURSO DE MAIS DE CINCO ANOS ENTRE CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO E AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. AUSÊNCIA.	PEDILEF nº 0508032-49.2007.4.05.8201/PB	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 06/07/2012
58.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. RUÍDO. LIMITE DE TOLERÂNCIA NO PERÍODO DE 6/3/1997 A 18/11/2003. RETROATIVIDADE DO DECRETO Nº 4.882/2003. PERFIL PROFISSIONAL PREVIDENCIÁRIO. DISPENSABILIDADE DE LAUDO TÉCNICO AMBIENTAL.	PEDILEF nº 2009.72.64.000900-0/SC	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 06/07/2012
59.	DIREITO ADMINISTRATIVO. SEGURO DESEMPREGO. PESCADOR ARTESANAL. PERÍODO DE DEFESO. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS. COMPROVANTE DE PAGAMENTO DA	PEDILEF nº 0001737-16.2010.4.02.5167/RJ	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 13/07/2012

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INDISPENSABILIDAD E. LEI Nº 10.779/03.				
60.	DIREITO ADMINISTRATIVO. REMOÇÃO “A PEDIDO”. ALTERAÇÃO DE DOMICÍLIO. PROCURADOR DA REPÚBLICA. AJUDA DE CUSTO.	PEDILEF nº 2008.37.00.701597-0/MA	-----	EM REVISÃO NOVO REPRESENTATIVO (TEMA Nº 129)	Acórdão DOU de 20/07/2012
61.	DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE AUXÍLIO-CRECHE. VERBA INDENIZATÓRIA. NÃO INCIDÊNCIA.	PEDILEF nº 2008.70.50.025460-7/PR	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 27/07/2012
62.	DIREITO ADMINISTRATIVO. SEGURO-DESEMPREGO. FIXAÇÃO DE PRAZO MÁXIMO PARA REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO (120 DIAS APÓS A DATA DA DISPENSA). RESOLUÇÃO Nº. 467/2005 DO CODEFAT. LEGALIDADE. FENÔMENO DA DESLEGALIZAÇÃO.	PEDILEF nº 2008.50.50.002994-0/ES	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 27/07/2012
63.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO RURAL POSTERIOR À LEI Nº. 8.213/91. CÔMPUTO PARA EFEITOS DE CARÊNCIA. RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES FACULTATIVAS. NECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. INCIDENTE	PEDILEF nº 2007.50.50.009140-9/ES	----- -----	TEMA JULGADO DEFINITIVAMENTE	Acórdão DOU de 27/07/2012

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA RESTABELECIDA. ARTS. 7º VII, "A" E 15, §§ 1º E 3º, DA RESOLUÇÃO CJF Nº. 22 DE 4 DE SETEMBRO DE 2008 (RI/TNU).				
64.	DIREITO TRIBUTÁRIO. INCIDÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE PARCELA DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO NO ÂMBITO DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). ART. 40, § 13º, CF/88 C.C. ART. 28, INC. I, LEI 8.212/91. VALIDADE. LEGALIDADE.	PEDILEF nº 2009.72.54.005939-9/SC	Decisão DOU de 25/04/2012	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 27/07/2012
65.	DIREITO TRIBUTÁRIO. PENSÃO ALIMENTÍCIA. DEDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA. SEJA DECORRENTE DE DECISÃO JUDICIAL OU NÃO. DESDE QUE DEVIDAMENTE COMPROVADA.	PEDILEF nº 0509841-25.2008.4.05.8400/RN	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 27/07/2012
66.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO COMO SEMINARISTA EM CONGREGAÇÃO RELIGIOSA. POSSIBILIDADE.	PEDILEF nº 2007.71.57.007081-7/RS	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 27/07/2012
67.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE DERIVADA DE BENEFÍCIO	PEDILEF nº 2008.50.51.001325-4/ES	-----	EM REVISÃO NOVO REPRESENTATIVO (TEMA Nº 125)	Acórdão DOU de 27/07/2012

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	PREVIDENCIÁRIO. DIREITO DE REVISÃO. PRAZO DECADENCIAL AUTÔNOMO. CÔMPUTO DO PRAZO A PARTIR DA CONCESSÃO DA PENSÃO. INCIDENTE IMPROVIDO.				
68.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. EQUIPARAÇÃO ENTRE TRATORISTA E MOTORISTA. POSSIBILIDADE.	PEDILEF nº 2009.50.53.000401-9/ES	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 17/08/2012
69.	DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. ADICIONAL POR SERVIÇO PÚBLICO EXTRAORDINÁRIO (HORA EXTRA). DIVISOR: 200 HORAS MENSAIS.	PEDILEF nº 2007.71.52.004219-0/RS	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 31/08/2012
70.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA PORTADOR DE VÍRUS HIV (AIDS) ASSINTOMÁTICO. INCAPACIDADE DE PROVER A PRÓPRIA MANUTENÇÃO. CONSIDERAÇÃO DE CONDIÇÕES SÓCIO-CULTURAIS ESTIGMATIZANTE. NECESSIDADE.	PEDILEF nº 0503863-51.2009.4.05.8103/CE	-----	TEMA JULGADO (SÚMULA 78/TNU)	Acórdão DOU 31/08/2012
71.	DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. BIS IN IDEM.	PEDILEF nº 2006.71.50.010101-8/RS	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 31/08/2012

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	<p>RESTITUIÇÃO PELA VIA DO PRECATÓRIO. OPÇÃO DO CONTRIBUINTE. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE PRESTAÇÕES VINCENDAS DA COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO. DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL.</p>				
72.	<p>DIREITO PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA. REVISÃO DE ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. BENEFÍCIO CONCEDIDO APÓS 28/06/1997. PRAZO DECENAL.</p>	<p>PEDILEF nº 2010.71.56.000876-2/RS</p>	-----	<p>EM REVISÃO</p> <p>NOVO REPRESENTATIVO (TEMA Nº 135)</p>	<p>Acórdão DOU de 31/08/2012</p>
73.	<p>DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. CONCEITO DE NÚCLEO FAMILIAR, PARA AFERIÇÃO DA RENDA PER CAPITA. EXCLUSÃO DA RENDA DO FILHO MAIOR DE 21 ANOS. APLICAÇÃO DO ARTIGO 20, § 1º DA LEI Nº. 8.742/93 (LOAS) COM A REDAÇÃO ANTERIOR À LEI Nº. 12.435/2011.</p>	<p>PEDILEF nº 2006.63.01.052381-5/SP</p>	-----	<p>TEMA JULGADO</p>	<p>Acórdão DOU de 31/08/2012</p>
74.	<p>DIREITO PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO DA EMPRESA PARA A SEGURIDADE SOCIAL. EMPREGADO EM GOZO DE AUXÍLIO-DOENÇA. PRIMEIROS 15 DIAS DE</p>	<p>PEDILEF nº 2006.71.57.001297-7/RN</p>	-----	<p>TEMA JULGADO</p>	<p>Acórdão DOU de 31/08/2012</p>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	AFASTAMENTO. NÃO-INCIDÊNCIA.				
75.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE EM FAVOR DE VIÚVA DE SERVIDOR DA POLÍCIA FEDERAL. PRECEDENTE DO STJ. QUESTÃO DE ORDEM Nº. 5, TNU. DIVERGÊNCIA COMPROVADA. FALECIMENTO OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA LEI 10.887/04. TEMPUS REGIT ACTUM. INCIDÊNCIA DA VEDAÇÃO CONTIDA NO ART. 8º DA LEI Nº. 11.358/06. INCIDENTE PROVIDO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.	PEDILEF nº 2006.71.56 .000112-0/ RS	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 31/08/2012
76.	DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PAGAMENTO DE ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO COM CORREÇÃO MONETÁRIA. DIREITO RECONHECIDO. RENÚNCIA TÁCITA À PRESCRIÇÃO. PRAZO QUE VOLTA A CORRER POR INTEIRO.	PEDILEF nº 2007.71.50 .003828-3/ RS	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 21/09/2012
77.	DIREITO ADMINISTRATIVO. RESIDÊNCIA MÉDICA. BENEFÍCIOS. ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO. INADIMPLEMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER MESMO COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 10.405/2002.	PEDILEF nº 2010.71.50 .027434-2/ RS	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 28/09/2012

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	CONVERSÃO EM PECÚNIA.				
78.	DIREITO ADMINISTRATIVO. APLICAÇÃO DA LEI Nº 6.994/82 PARA A LIMITAÇÃO DOS VALORES PAGOS A TÍTULO DE ANUIDADE AO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE.	PEDILEF nº 2010.71.54.002862-7/RS	Decisão DOU de 13/08/2012	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 28/09/2012
79.	DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. EXIGIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO STJ. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL. ARTS. 7º VII, "A" E 15, §§ 1º E 3º DA RESOLUÇÃO CJF Nº. 22 DE 4 DE SETEMBRO DE 2008 (RI/TNU).	PEDILEF nº 2010.70.62.000859-0/PR	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU 05/10/2012
80.	DIREITO TRIBUTÁRIO. ANISTIADO POLÍTICO. LEI N. 10.559/2002. CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO DE SAÚDE DO EXÉRCITO – FUSEX. NÃO INCIDÊNCIA.	PEDILEF nº 2008.70.50.027015-7/PR	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU 05/10/2012
81.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. MENOR IMPÚBERE. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 198, I DO CÓDIGO CIVIL E ARTIGO 79 DA LEI N.	PEDILEF nº 0508581-62.2007.4.05.8200/PB	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 11/10/2012

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	8.213/91. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 74, II DA LEI N. 8.213/91. BENEFÍCIO DEVIDO DESDE O ÓBITO. PRECEDENTES DA TNU.				
82.	DIREITO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO FUNCIONAL/PROMO ÇÃO. ATO ÚNICO DE EFEITO CONCRETO. TERMO 'A QUO'. INTERSTÍCIO PARA AVALIAÇÃO E PROMOÇÃO. PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO (DECADÊNCIA). QUINTQUENAL.	PEDILEF nº 2009.72.50 .002288-2/ SC	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 17/10/2012
83.	DIREITO ADMINISTRATIVO DIFERENÇAS DOS 11,98%. PERÍODOS DE JUN. 1994 a MAR. 1999 e DE FEV. 2000 a DEZ. 2001. VALORES RECONHECIDOS ADMINISTRATIVAME NTE. INTERRUPTÃO E REINÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. ADMINISTRAÇÃO NÃO PAGAMENTO DE DÍVIDA RECONHECIDA OU NÃO PRÁTICA DE ATO QUE DEMONSTRE O SEU DESINTERESSE NO PAGAMENTO. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL.	PEDILEF nº 2009.71.69 .001108-4/ RS	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 26/10/2012
84.	DIREITO ADMINISTRATIVO. ABONO DE PERMANÊNCIA. PAGAMENTO NO	PEDILEF nº 2010.71.50 .031885-0/ RS	Decisão DOU de 09/08/2012	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 26/10/2012

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	PERÍODO ANTERIOR À MANIFESTAÇÃO EXPRESSA DO SERVIDOR DE OPÇÃO PELA PERMANÊNCIA EM SERVIÇO, QUANDO REUNIDOS OS REQUISITOS NECESSÁRIOS À APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA.				
85.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. AUXÍLIO-ACIDENTE. CUMULAÇÃO. LESÃO INCAPACITANTE OCORRIDA ANTES DA EDIÇÃO DA LEI N. 9.528/97 E INÍCIO DA APOSENTADORIA POSTERIOR. IMPOSSIBILIDADE.	PEDILEF nº 2008.71.60.002693-3/RS	-----	TEMA JULGADO (SÚMULA 507/STJ)	Acórdão DOU de 26/10/2012
86.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. DEPENDENTE MENOR DE DEZESSEIS ANOS. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. DATA DO ÓBITO. HABILITAÇÃO POSTERIOR DE CÔNJUGE SUPÉRSTITE. EFEITOS EX NUNC. PAGAMENTO INTEGRAL DO BENEFÍCIO AO FILHO MENOR ATÉ A HABILITAÇÃO TARDIA DO CÔNJUGE, SEM RESERVA DE QUOTA-PARTE. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA RESTABELECID. ESTIPULAÇÃO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS (SÚMULA Nº. 111,	PEDILEF nº 2010.72.54.002923-3/SC	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 26/10/2012

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	STJ). INCIDÊNCIA DA QO Nº. 2, TNU. ARTS. 7º VII, "A" E 15, §§ 1º E 3º DA RESOLUÇÃO CJF Nº. 22 DE 4 DE SETEMBRO DE 2008 (RI/TNU).				
87.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO – VIGILANTE QUE PORTA ARMA DE FOGO – POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DO TEMPO DE SERVIÇO COMO ESPECIAL SOMENTE ATÉ A EDIÇÃO DO DECRETO 2.172/97 DE 05/04/1997, DESDE QUE HAJA COMPROVAÇÃO DO USO DE ARMA DE FOGO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.	PEDILEF nº 2009.72.60.000443-9/SC	----- ----	EM REVISÃO NOVO REPRESENTATIVO (TEMA Nº 128)	Acórdão DOU de 09/11/2012
88.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE APOSENTADORIA. PROVENTOS PROPORCIONAIS. DOENÇA GRAVE. REVERSÃO PARA PROVENTOS INTEGRAIS. ARTIGO 186 DA LEI 8.112/1990 – ROL EXEMPLIFICATIVO.	PEDILEF nº 2010.71.52.007392-5/RS	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 30/11/2012
89.	DIREITO TRIBUTÁRIO. HONORÁRIOS	PEDILEF nº 2008.71.50	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 30/11/2012

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	PERICIAIS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRAZO DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.	.015818-9/RS			
90.	DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APLICAÇÃO PRETÉRITA DA LEI Nº 9.032/1995. IMPOSSIBILIDADE DE RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA MANUTENÇÃO DA SENTENÇA, PROFERIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA, COM RESPEITO ÀS DECISÕES JÁ TRANSITADAS EM JULGADO ANTES DO ENTENDIMENTO FIRMADO PELA SUPREMA CORTE.	PEDILEF nº 2008.32.00.702790-2/AM	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 19/12/2012
91.	DIREITO TRIBUTÁRIO. IRPF. PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE NÃO PORTADOR DE INCAPACIDADE OU INVALIDEZ. ISENÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.	PEDILEF nº 2010.71.65.001556-1/RS	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 07/01/2013
92.	DIREITO ADMINISTRATIVO. DIÁRIAS. DESLOCAMENTO. CURSO DE CAPACITAÇÃO. FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM. OUTRAS DESPESAS. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO.	PEDILEF nº 2008.71.52.002370-8/RS	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 01/02/2013
93.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO.	PEDILEF nº	-----	TEMA JULGADO	

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. SÚMULA 33/TNU.	0028122-71.2004.4.03.6302/SP			Acórdão DOU de 01/02/2013
94.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. JULGAMENTO PELO RITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE	PEDILEF nº 2005.37.00.749443-3/MA	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 08/02/2013
95.	DIREITO TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. IMPOSTO DE RENDA. FÉRIAS. VERBAS INDENIZATÓRIAS. PROCESSOS AJUIZADOS A PARTIR DA LC 118/2005. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.	PEDILEF nº 2008.51.53.003747-3/RJ	-----	TEMA JULGADO (RE 566.621/RS)	Acórdão DOU de 08/02/2013
96.	DIREITO ADMINISTRATIVO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. LEI 8.270/91. VPNI. INAPLICABILIDADE DE PERCENTUAL DE AUMENTO DO VENCIMENTO BÁSICO. APLICABILIDADE DOS ÍNDICES DE REVISÃO GERAL DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS.	PEDILEF nº 2006.71.52.002082-6/RS	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 01/03/2013
97.	DIREITO TRIBUTÁRIO.	PEDILEF nº	-----	TEMA JULGADO	

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SERVIDOR PÚBLICO. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA UNIÃO.	0000734-43.2011.4.01.9330/BA			Acórdão DOU de 22/03/2013
98.	DIREITO TRIBUTÁRIO. TRABALHADOR AVULSO. FÉRIAS. NATUREZA INDENIZATÓRIA. POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO, DESDE QUE COMPROVADO QUE NÃO HOUE O GOZO EM PERÍODO DE UM ANO. ÔNUS DA PROVA DO TRABALHADOR AVULSO.	PEDILEF nº 0031579-43.2010.4.01.3300/BA	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 12/04/2013
99.	DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR. APOSENTADORIA. ATO COMPLEXO. REVISÃO. DECADÊNCIA. TERMO INICIAL. REGISTRO PELO TRIBUNAL DE CONTAS.	PEDILEF nº 2009.72.61.000746-2/SC	-----	TEMA JULGADO (SÚMULA VINC. Nº 3)	Acórdão DOU de 17/04/2013
100.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA EXPOSIÇÃO A AGENTE NOCIVO DE FORMA HABITUAL E PERMANENTE APÓS A LEI Nº 9.032/95. ATIVIDADES DE LIMPEZA E DE SERVIÇOS GERAIS. AMBIENTE HOSPITALAR. PERÍODO ANTERIOR	PEDILEF nº 5002734-80.2012.4.04.7011/PR	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 23/04/2013

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	AO ADVENTO DA LEI Nº 9.032/95. ESPECIAL. CONVERSÃO. POSSIBILIDADE.				
101.	DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL ANTERIOR À LEI Nº 8.112/90. REVISÃO DE APOSENTADORIA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.	PEDILEF nº 2006.51.51.056245-0/RJ	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 23/04/2013
102.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO JUDICIAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. TERMO INICIAL DOS EFEITOS FINANCEIROS. RETROAÇÃO À DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. IRRELEVÂNCIA DA INSUFICIÊNCIA DE DOCUMENTOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO.	PEDILEF nº 2009.72.55.008009-9	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 23/04/2013
103.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO DO PRAZO. ART. 4º DO DECRETO N. 20.910/32. PRECEDENTE DO STJ. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.	PEDILEF nº 0502234-79.2008.4.05.8102/CE	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 26/04/2013
104.	DIREITO ADMINISTRATIVO. PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE	PEDILEF n. 0046988-50.2010.4.	Decisão DOU de 04/09/2012	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 03/05/2013

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	EXECUTIVA (GAE) REFERENTE AOS MESES DE JULHO E AGOSTO DE 2008, NO PERCENTUAL DE 160% DO VENCIMENTO BÁSICO FIXADO NA LEI 11.907/2009, QUE ESTRUTUROU O PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA – PECFAZ.	01.3400/DF			
105.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. FRUIÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO POR INCAPACIDADE. CONTAGEM PARA FINS DE CARÊNCIA. POSSIBILIDADE, DESDE QUE SEJA INTERCALADO COM PERÍODO CONTRIBUTIVO.	PEDILEF nº 0047837-63.2008.4.03.6301/SP	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 10/05/2013
106.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. REVISÃO ADMINISTRATIVA NO CURSO DA DEMANDA. POSSIBILIDADE.	PEDILEF nº 5000525-23.2012.4.04.7114/RS	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 07/06/2013
107.	DIREITO TRIBUTÁRIO. PRODUTOR RURAL. PESSOA FÍSICA. EMPREGADOR DE MÃO-DE-OBRA SEM INSCRIÇÃO EM CNPJ POR QUALQUER MODALIDADE EMPRESARIAL. TRIBUTAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO POR EXTENSÃO DE ENTENDIMENTO DO	PEDILEF nº 2010.72.56.004167-6/SC	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 14/06/2013

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	QUE SEJA EMPRESA E PELA APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 15, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 8.212/91. INEXIGIBILIDADE DA EXAÇÃO.				
108.	DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ROUBO DE MERCADORIA POSTADA. FORÇA MAIOR. EXCLUDENTE DA RESPONSABILIDADE.	PEDILEF nº 2008.38.00.732849-3/MG	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 20/09/2013
109.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. JUROS DE MORA. ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/97 COM REDAÇÃO PELA LEI 11.960/2009. ÍNDICES DA CADERNETA DE POUPANÇA.	PEDILEF n. 0003060-22.2006.4.03.6314/SP	-----	EM REVISÃO TEMA SOB ANÁLISE NO STF (RE Nº 870.947/SE)	Acórdão DOU de 09/10/13
110.	PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. EX-FERROVIÁRIO DA EXTINTA RFFSA. REGIME DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES PREVISTO NA LEI 8.186/91. BENEFÍCIOS DE PENSÃO POR MORTE CONCEDIDOS ANTES DA LEI 9.032/95. RENDA MENSAL INFERIOR AO BENEFÍCIO PERCEBIDO PELO SEGURADO. EQUIPARAÇÃO AOS SALÁRIOS PAGOS AOS SERVIDORES DA ATIVA.	PEDILEF nº 2008.70.59.001393-3/PR	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 18/10/2013

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	POSSIBILIDADE. EXPRESSA PREVISÃO LEGAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.				
111.	DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PAGO EM ATRASO. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA.	PEDILEF nº 5000554-76.2012.4.04.7113/RS	-----	EM REVISÃO TEMA SOB ANÁLISE NO STF (RE Nº 855.091/RS)	Acórdão DOU de 04/11/2013
112.	DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. VERBAS RECEBIDAS DE ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA A TÍTULO DE INCENTIVO À MIGRAÇÃO DE PLANO. INEXISTÊNCIA DE CARÁTER INDENIZATÓRIO. INCIDÊNCIA DA EXAÇÃO.	PEDILEF nº 0015738-22.2007.4.01.3200/AM	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 04/11/2013
113.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO MATERNIDADE. DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO DENTRO DO PERÍODO DE ESTABILIDADE. PAGAMENTO DEVIDO. RESPONSABILIDADE DO BENEFÍCIO A CARGO DA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA. PROTEÇÃO À MATERNIDADE. ART. 6º, CAPUT, E ART. 201, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DIVERGÊNCIA CONFIGURADA.	PEDILEF nº 2010.71.58.004921-6/RS	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 18/11/2013

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.				
114.	PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHO INVÁLIDO. TITULAR DE RENDA PRÓPRIA. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. PRESUNÇÃO RELATIVA. ART. 16, § 4º, DA LEI 8.213/91. QUESTÃO DE ORDEM 20 DA TNU. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO	PEDILEF nº 0500518-97.2011.4.05.8300/PE	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 06/12/2013
115.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. NATUREZA DE RURÍCOLA DEFINIDA PELA ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO TRABALHADOR E NÃO DO EMPREGADOR.	PEDILEF nº 2009.39.00.701490-8/PA	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 14/01/2014
116.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE A MARIDO SOBREVIVENTE. MORTE DA ESPOSA EM DATA ANTERIOR A 05/10/1988. IMPOSSIBILIDADE. DECRETO 89.312/84 VEDAVA A HIPÓTESE E NÃO ENCONTRAVA ÓBICE NO TEXTO CONSTITUCIONAL VIGENTE. A HIPÓTESE SOMENTE PASSA A SER AMPARADA PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL A MARIDOS NÃO INVÁLIDOS A	PEDILEF nº 0507408-95.2010.4.05.8200/CE	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 14/02/2014

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	CONTAR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. PARADIGMA APONTADO VÁLIDO, MAS DISSONANTE DA POSIÇÃO TRADICIONAL DA JURISPRUDÊNCIA, JÁ HÁ TANTO PACIFICADA, SOBRE O TEMA. PEDILEF CONHECIDO E NÃO PROVIDO.				
117.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA – MP 242/05 – REJEIÇÃO PELO SENADO FEDERAL.REVOGAÇÃO.INCONSTITUCIONALIDADE. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA – RECÁLCULO DA RMI DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS NO PERÍODO DE 28/03/2005 a 20/07/2005 - INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.	PEDILEF nº 2007.38.00.740109-3/MG	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 14/02/2014
118.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. SERVIDOR PÚBLICO. FILHO MAIOR INVÁLIDO. INVALIDEZ OCORRIDA APÓS O ÓBITO DO INSTITUIDOR. BENEFÍCIO INDEVIDO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA RESTABELECIDADA.	PEDILEF nº 0501099-40.2010.4.05.8400/RN	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 14/02/2014
119.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA.	PEDILEF nº 0002528-	-----	TEMA JULGADO	Acórdão DOU de 12/03/2014

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	<p>REVISÃO. CONCESSÃO APÓS VIGÊNCIA DA LEI Nº 8.213/91. RETROAÇÃO. LEI 6.950/81. DIREITO ADQUIRIDO. NOVO CÁLCULO DA RENDA MENSAL INICIAL. PERÍODO COMPREENDIDO NO "BURACO NEGRO". RECÁLCULO E REAJUSTE COM APLICAÇÃO DO ART. 144 DA LEI N. 8.213/91. PRECEDENTES DO STJ. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.</p>	<p>67.2009.4.03.6306/SP</p>			
120.	<p>DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. MEMORANDO DE 2010 EXPEDIDO PELO INSS DECLARANDO O DIREITO. CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO OU RENÚNCIA. PRECEDENTE DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DESPROVIDO.</p>	<p>PEDILEF nº 5007045-38.2012.4.04.7101/RS</p>	-----	<p>EM REVISÃO</p> <p>NOVO REPRESENTATIVO (TEMA Nº 134)</p>	<p>Acórdão DOU de 12/03/2014</p>
121.	<p>TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. SERVIDORA PÚBLICA PORTADORA DE DOENÇA. ART. 6º, XIV, DA LEI 7.713/88. ISENÇÃO SOBRE PROVENTOS DE APOSENTADORIA E NÃO REMUNERAÇÃO. ART. 111, II, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. NORMA ISENTIVA.</p>	<p>PEDILEF nº 0066157-33.2004.4.01.3400/DF</p>	-----	<p>TEMA JULGADO</p>	<p>Acórdão DOU de 25/04/2014</p>

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	INTERPRETAÇÃO LITERAL.				
122.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. RENDA PER CAPITA INFERIOR A ¼ DO SALÁRIO MÍNIMO. MISERABILIDADE. PRESUNÇÃO RELATIVA OU ABSOLUTA.	PEDILEF n. 5000493-92.2014.4.04.7002	Decisão DOU de 13/11/2015	EM JULGAMENTO	
123.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO CONCEDIDO EM SEDE DE TUTELA ANTECIPADA. NECESSIDADE DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES PERCEBIDOS.	PEDILEF N. 5000711-91.2013.4.04.7120		EM JULGAMENTO	
124.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. NECESSIDADE DE AUXÍLIO PERMANENTE DE TERCEIROS. ADICIONAL DE 25%. EXTENSÃO PARA OUTROS BENEFÍCIOS DIVERSOS DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.	PEDILEF N. 5000890-49.2014.4.04.7133		EM JULGAMENTO	
125.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS ORIGINÁRIO E DERIVADO. DECADÊNCIA. PRAZO AUTÔNOMO.	PEDILEF N. 5049328-54.2013.4.04.7000		EM JULGAMENTO	
126.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA. QUESTÃO NÃO ANALISADA PELA ADMINISTRAÇÃO. LIMITAÇÃO AO CONTROLE DE	PEDILEF N. 5017206-98.2012.4.04.7201		EM JULGAMENTO	

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	LEGALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO.				
127.	DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. ISENÇÃO SOBRE REMESSAS COM VALOR MÁXIMO DE US\$ 100 (CEM DÓLARES). RESTRIÇÃO PARA AQUELAS QUE NÃO ULTRAPASSEM US\$ 50 (CINQUENTA DÓLARES) POR MEIO DE PORTARIA E INSTRUÇÃO NORMATIVA.	PEDILEF N. 5027788-92.2014.4.04.7200		EM JULGAMENTO	
128.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. VIGILANTE. ATIVIDADE ESPECIAL. DECRETO N. 2.172/97.	PEDILEF N. 0502013-34.2015.4.05.8302		EM JULGAMENTO	
129.	DIREITO ADMINISTRATIVO. AJUDA DE CUSTO. REMOÇÃO A PEDIDO. PROCURADOR DA REPÚBLICA.	PEDILEF N. 5013078-13.2013.4.04.7003		EM JULGAMENTO	
130.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA. RENÚNCIA. INCIDÊNCIA DO IRSM PARA CORREÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO ANTERIORES A MARÇO DE 1994.	PEDILEF N. 5003519-62.2014.4.04.7208		EM JULGAMENTO	
131.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO.			EM JULGAMENTO	

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	APOSENTADORIA HÍBRIDA. ATIVIDADE RURAL. PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO OU IMPLEMENTO DO REQUISITO ETÁRIO.	PEDILEF N. 5009416-32.2013.4.04.7200			
132.	DIREITO ADMINISTRATIVO. ÍNDICE DE 13,23%. EXTENSÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL OU REVISÃO GERAL.	PEDILEF N. 0512117-46.2014.4.05.8100		EM JULGAMENTO	
133.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-RECLUSÃO. SEGURADO DESEMPREGADO. CÔMPUTO DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO.	PEDILEF N. 0061802-74.2009.4.03.6301		EM JULGAMENTO	
134.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA. MEMORANDO CIRCULAR CONJUNTO 21/DIRBEN/PFEINSS. INTERRUPTÃO DOS PRAZOS.	PEDILEF N. 5004459-91.2013.4.04.7101		EM JULGAMENTO	
135.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTES DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.523-9/1997. DECADÊNCIA. PRAZO DECENAL.	PEDILEF N. 5018558-45.2013.4.04.7108		EM JULGAMENTO	

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

136.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AJUDA DE CUSTO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REMOÇÃO A PEDIDO. INTERESSE PARTICULAR OU PÚBLICO.	PEDILEF N. 5003295-82.2013.4.04.7104		EM JULGAMENTO	
137.	DIREITO ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO. GDPGPE. PARIDADE ENTRE SERVIDORES EM ATIVIDADE E INATIVOS ATÉ AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.	PEDILEF N. 5028485-59.2013.4.04.7100		EM JULGAMENTO	
138.	DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003. COEFICIENTE DE INCREMENTO. ÍNDICE DE REAJUSTE DO TETO.	PEDILEF N. 5001628-31.2013.4.04.7211		EM JULGAMENTO	
139.	DIREITO ADMINISTRATIVO. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. EQUIPARAÇÃO COM OS TRIBUNAIS SUPERIORES.	PEDILEF N. 0015636-42.2013.4.03.6301		EM JULGAMENTO	
140.	DIREITO ADMINISTRATIVO. REMOÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR. PROCURADOR FEDERAL. EXISTÊNCIA OU NÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO.	PEDILEF N. 5017129-12.2014.4.04.7107		EM JULGAMENTO	
141.	DIREITO ADMINISTRATIVO. REMOÇÃO A PEDIDO			EM JULGAMENTO	

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS

	DE SERVIDOR. PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL. EXISTÊNCIA OU NÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO.	PEDILEF N. 5027941- 37.2014.4. 04.7100			
--	---	--	--	--	--

 TEMAS DEFINITIVAMENTE JULGADOS

 TEMAS AINDA NÃO CONSOLIDADOS